

# SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	7
PREFÁCIO À 1.ª EDIÇÃO – ARRUDA ALVIM E TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER.....	13
NOTA À 3.ª EDIÇÃO.....	9
NOTA À 2.ª EDIÇÃO.....	11
APRESENTAÇÃO À 1.ª EDIÇÃO – NELSON NERY JR. ....	15
INTRODUÇÃO.....	23
1. DELIMITAÇÃO METODOLÓGICA E PRECISÕES TERMINOLÓGICAS ...	27
1.1 Âmbito de abrangência do trabalho.....	27
1.2 Metodologia utilizada.....	28
1.3 O recurso extraordinário: esclarecimentos de cunho terminológico sobre a classificação dos recursos no Brasil.....	29
1.4 Repercussão geral: a terminologia utilizada pelo texto constitucional.....	32
2. ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....	38
2.1 Considerações introdutórias.....	38
2.2 As raízes do sistema brasileiro de uniformização do direito federal .	39
2.2.1 O federalismo norte-americano, a Suprema Corte e o <i>writ of error</i> .....	44
2.2.2 O Estado liberal, a Revolução Francesa e a cassação civil.....	49
2.2.3 O Supremo Tribunal Federal, o tipo de Estado e o sistema político brasileiros.....	51
2.2.3.1 O modelo vigente até 1988.....	52
2.2.3.2 O modelo vigente após a criação do Superior Tribunal de Justiça.....	57
2.3 Os escopos dos recursos para tribunais de cúpula.....	62
2.3.1 Funções clássicas.....	62

2.3.1.1	Função nomofilática.....	63
2.3.1.2	Função uniformizadora.....	65
2.3.2	Funções contemporâneas.....	69
2.3.2.1	Função <i>dikelógica</i> .....	71
2.3.2.2	Função paradigmática.....	74
2.4	A crise do recurso extraordinário.....	84
2.4.1	O fenômeno mundial, as peculiaridades brasileiras e algumas razões de nosso quadro.....	90
2.4.2	Tentativas de superação da <i>crise</i> .....	93
3.	O DIREITO ESTRANGEIRO COMO FONTE DE INSPIRAÇÃO DA REPERCUSSÃO GERAL.....	96
3.1	A tendência mundial de criação de filtros para o acesso de recursos aos tribunais de cúpula.....	96
3.2	Estados Unidos: <i>writ of certiorari</i> .....	97
3.2.1	Histórico da <i>discretionariedade judicial</i> nos EUA.....	98
3.2.2	Procedimento do <i>writ of certiorari</i> .....	105
3.2.3	A “teoria do indício” ( <i>cue theory</i> ) e outros estudos sobre critérios utilizados pela Suprema Corte para concessão do <i>certiorari</i> .....	108
3.2.4	Os provimentos da Suprema Corte ( <i>Rules of the Supreme Court</i> ).....	111
3.2.5	A relevância das questões discutidas no caso como critério para exame da Suprema Corte.....	113
3.3	Alemanha: significação fundamental da questão de direito ( <i>Rechtssache grundsätzliche Bedeutung</i> ) discutida no recurso de revisão.....	115
3.3.1	A admissibilidade da <i>revisão</i> antes da reforma de 2001.....	119
3.3.2	A admissibilidade da <i>revisão</i> após a reforma de 2001.....	120
3.4	Argentina: o <i>certiorari</i> argentino introduzido pela Lei 23.774.....	122
3.4.1	Generalidades.....	122
3.4.2	As hipóteses de rejeição do recurso extraordinário com base no art. 280 do CPCN.....	127
3.4.2.1	Ausência de lesão federal suficiente.....	127
3.4.2.2	Questões insubstanciais.....	129
3.4.2.3	Transcendência das questões discutidas no recurso.....	129
3.4.3	Critérios utilizados na Argentina.....	131

3.4.3.1	Transcendência das questões constitucionais.....	131
3.4.3.2	Transcendência das questões infraconstitucionais ...	132
3.5	Outros países.....	134
3.5.1	Inglaterra: a seleção de casos autorizada pela lei de 1934 .....	134
3.5.2	Canadá: a lei de 1974 e a restrição da jurisdição recursal obrigatória.....	136
3.5.3	Austrália: os critérios instituídos em 1984 para a concessão de licença especial para recorrer.....	137
3.5.4	Japão: o modelo introduzido pelo Código de Processo Civil de 1996.....	138
4.	ASPECTOS PROCESSUAIS DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....	140
4.1	Efeitos.....	140
4.1.1	Generalidades.....	140
4.1.2	Efeito devolutivo.....	142
4.1.3	Efeito suspensivo.....	149
4.1.4	Efeito translativo.....	155
4.1.5	Efeitos do recurso extraordinário e repercussão geral.....	157
4.2	Juízos de admissibilidade e mérito.....	158
4.2.1	Generalidades.....	158
4.2.2	Juízo de admissibilidade do recurso extraordinário.....	163
4.2.2.1	Cabimento.....	164
4.2.2.1.1	O prévio exaurimento das instâncias ordinárias.....	170
4.2.2.1.2	Distinção entre questões federais constitucionais e infraconstitucionais.....	173
4.2.2.1.3	O problema da ofensa indireta ou reflexa.....	179
4.2.2.1.4	Prequestionamento.....	184
4.2.2.1.5	Questões de fato e questões de direito.....	188
4.2.2.2	Interesse em recorrer.....	197
4.2.3	Juízo de mérito do recurso extraordinário.....	201
4.3	O processamento do recurso extraordinário.....	205
4.3.1	Interposição.....	205
4.3.2	Juízo de admissibilidade bipartido.....	208
4.3.3	Agravo de instrumento contra a inadmissibilidade do recurso extraordinário na origem.....	209

4.3.4	Regime de retenção .....	215
4.3.5	Exame pelo Supremo Tribunal Federal.....	220
5.	DA REPERCUSSÃO GERAL: ASPECTOS CONSTITUCIONAIS.....	222
5.1	A construção legislativa do § 3.º do art. 102 da Constituição Federal .....	222
5.2	Natureza jurídica e aspectos de ordem normativa e conceitual da repercussão geral .....	227
5.2.1	Natureza jurídica.....	227
5.2.2	O <i>quorum</i> estabelecido pela Constituição e o seu significado .....	232
5.2.3	Filtro de natureza jurisdicional e não política.....	235
5.2.4	Matéria de ordem pública.....	241
5.2.5	Conceito jurídico indeterminado .....	243
5.2.6	Repercussão geral e interesse social .....	249
5.2.7	Dimensões subjetiva e objetiva da repercussão geral .....	252
5.2.8	Conceito de repercussão geral .....	258
5.3	O antecedente histórico da repercussão geral no Brasil: a arguição de relevância.....	262
5.4	Os escopos do recurso extraordinário frente à exigência de repercussão geral .....	269
5.5	Sobre a discricionariedade judicial .....	274
5.5.1	Algumas reflexões sobre a chamada <i>discricionariedade judicial</i> .....	274
5.5.2	Há discricionariedade no exame da repercussão geral? .....	280
6.	DA REPERCUSSÃO GERAL: CONTORNOS INFRACONSTITUCIONAIS ..	283
6.1	A construção legislativa da Lei 11.418, de 19.12.2006 .....	283
6.1.1	Os trabalhos da comissão de regulamentação da Reforma do Judiciário .....	284
6.1.2	O projeto original elaborado pela CME do Judiciário .....	286
6.1.3	A tramitação do projeto no Senado Federal .....	286
6.1.4	A tramitação na Câmara dos Deputados .....	288
6.1.5	Parecer e emendas apresentadas na CCJ da Câmara: redação final .....	288
6.2	Estrutura normativa da Lei 11.418, de 19.12.2006.....	289
6.2.1	Modificação do Código de Processo Civil em vez de introdução por legislação esparsa .....	290

6.2.2	A regulamentação legal mínima e a delegação de poderes ao Supremo Tribunal Federal: inconstitucionalidade? .....	291
6.3	O Regimento Interno do STF .....	293
6.3.1	As novas competências do Presidente e do relator .....	293
6.3.2	O emprego do meio eletrônico para a discussão sobre a existência da repercussão geral .....	298
6.4	Repercussão geral e contrariedade à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal .....	301
6.5	Verificação da repercussão geral: estática .....	307
6.5.1	Eficácia da exigência de repercussão geral e direito intertemporal dos recursos .....	307
6.5.2	Questão preludeal: o momento da aferição .....	315
6.5.3	A análise colegiada .....	317
6.5.4	Intervenção de terceiros .....	318
6.5.4.1	<i>Amicus curiae</i> .....	318
6.5.4.2	Assistente simples .....	323
6.5.5	Publicidade e fundamentação da decisão que examina a existência de repercussão geral .....	324
6.5.6	São cabíveis embargos declaratórios contra a decisão que examina a repercussão geral .....	328
6.5.7	O exame da repercussão geral de casos sobre os quais já houve decisão anterior do Plenário .....	329
6.6	Verificação da repercussão geral: dinâmica .....	331
6.6.1	Questões constitucionais sem potencial de gerar multiplicidade ....	331
6.6.1.1	Repercussão geral e exame monocrático .....	332
6.6.1.2	Exame da repercussão geral diretamente pelo Plenário? .....	335
6.6.1.3	A emissão de pronunciamento sobre a repercussão geral no procedimento eletrônico não é <i>faculdade</i> dos ministros do STF .....	338
6.6.1.4	O exame dos recursos em que há presunção de repercussão geral por contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STF .....	341
6.6.2	Questões constitucionais com potencial de multiplicidade .....	342
6.6.2.1	A seleção de causas representativas da controvérsia e o sobrestamento das demais .....	345

6.6.2.2	O procedimento de julgamento e os efeitos da decisão sobre os recursos retidos na origem .....	348
6.6.2.3	O <i>distinguishing</i> dos recursos retidos e sobrestados indevidamente.....	350
BIBLIOGRAFIA .....		353
ANEXOS.....		365
I	– Projeto de Lei elaborado pela CME do Judiciário .....	365
II	– Versão original do substitutivo elaborado pelos Ministros Gilmar MênDES e Cezar Peluso, do STF, e aprovado pela CCJ do Senado .....	369
III	– Texto aprovado pelo Plenário do Senado após as emendas do Sen. Demóstenes Torres.....	371
IV	– Texto aprovado pela CCJ da Câmara, após as emendas de redação oferecidas pelo relator, Deputado Federal Odair Cunha .....	373
V	– Texto da Lei 11.418, de 19 de dezembro de 2006 .....	376
VI	– Texto da Emenda ao Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal que fixou normas necessárias à execução da Lei 11.418, de 2006 ...	378
OBRAS PUBLICADAS NESTA SÉRIE .....		383